

Acordo deve preservar antigo campo de concentração em Senador Pompeu, no Ceará

O Campo de Concentração de Senador Pompeu foi um dos sete construídos no Ceará para conter os retirantes da seca que se dirigiam para Fortaleza.



Antigo cemitério de Senador Pompeu. (Foto: Divulgação)

O Ministério Público no Ceará (MPCE) e a Prefeitura de Senador Pompeu, no Ceará, firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para o tombamento do sítio arquitetônico da Barragem do Patu, da Vila dos Ingleses, do Cemitério e do Campo de Concentração do Patu, além do registro do bem imaterial da Caminhada das Almas. O objetivo é proteger o patrimônio histórico-cultural de do município, segundo o promotor Geraldo Nunes Laprovitera Teixeira. Em caso de descumprimento do Termo, o município fica sujeito a multa de R\$ 5 mil por mês.

Criado durante a seca de 1932 para conter os retirantes que seguiam para Fortaleza na tentativa de fugir da seca, o Campo de Concentração de Senador Pompeu é um dos sete instalados no Ceará. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ainda existem sobreviventes que passaram pelo lugar. Dos sete campos de concentração existentes no Ceará, à época, o de Senador Pompeu foi o segundo maior, com uma população de 20 mil pessoas.

“Fato que demonstra esse forte elo [com a cidade] foi a construção de um cemitério simbólico localizado na área onde foram colocados os retirantes, com o objetivo de sagração das ‘almas das barragens’, que, inclusive, já tem incorporado a si uma manifestação ritualística: a procissão em louvor às santas almas da barragem, que ocorre no segundo domingo do mês de novembro, tendo como ponto de partida a Igreja Matriz e ponto de chegada o cemitério”, consta na ACP.

Construída para abrigar os trabalhadores que vieram ao Ceará construir a Barragem do Açude Patu por exigência da empresa inglesa Dwight P. Robinson e Co. – que elaborou o projeto e acompanhou a construção – o conjunto, iniciado em 1919 e que ficou conhecido como Vila dos Ingleses, não foi concluído, pois o projeto de construção do açude foi paralisado em 1923, por ordem do então Presidente da República, Artur Bernardes.

“Dentro do quadro de ações, a Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCAS), atual DNOCS, contratou a empresa inglesa Dwight P. Robinson e Co. para elaborar o projeto e acompanhar a construção da barragem do açude Patu. A empresa exigiu que fosse construída uma estrutura física para as pessoas que viriam trabalhar na área.

Fonte original da notícia: [G1 CE](#)